

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.736 - SE
(2019/0096802-8)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : DISTRIBUIDORA DE MOVEIS SERGIPE - EIRELI - EPP
ADVOGADOS : GILBERTO VIEIRA LEITE NETO - SE002454
ISABELLA CARVALHO MAGALHAES - SE005948
EMANOEL ALMEIDA TELES BARRETO E OUTRO(S) - SE012019
AGRAVADO : ESTADO DE SERGIPE
PROCURADOR : RAMON SILVA OLIVEIRA E OUTRO(S) - SE005369

DECISÃO

Trata-se de agravo interno manejado por **Distribuidora de Móveis Sergipe - EIRELI - EPP**, que não conheceu do agravo em recurso especial por ela interposto, sob o fundamento de que incide, à espécie, a Súmula 182/STJ, porquanto a parte agravante não teria impugnado todos os motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial, a saber, o acórdão recorrido estaria em consonância com a jurisprudência desta Corte e a incidência da Súmula 7/STJ.

A parte agravante, em suas razões, alega, em síntese, que não há falar na incidência Súmula 182/STJ, pois "*O Agravante demonstrou, em sede de Agravo em Recurso Especial, que eram inexistentes pedidos de reanálise de provas por esta Corte Superior, já que a decisão Agravada afirma quais documentos foram juntados, e os julgados paradigmas prequestionados pela Agravante também fazem referência aos mesmos documentos. Assim, desnecessária a análise de documentos, e devidamente demonstrado que o objetivo era somente reconhecer a negativa de vigência ao artigo 926 do CPC. Portanto, demonstrou de maneira inequívoca que as súmulas 83 e 7 do STJ não eram aplicáveis ao caso em tela, visto que o Recurso Especial fora negado com base na incidência de tais súmulas.*" (fls. 463/464).

Ao final, pede a reconsideração da decisão agravada ou a submissão da insurgência ao órgão colegiado.

Impugnação às fls. 472/476.

É O RELATÓRIO.

Superior Tribunal de Justiça

Melhor compulsando os autos, e exercendo o juízo de retratação facultado pelo arts. 1.021, § 2º, do CPC/2015 e 259, § 6º, do RISTJ, **reconsidero** a decisão de fls. 455/456, tornando-a sem efeito, passando novamente à análise do recurso.

Trata-se de agravo manejado por **Distribuidora de Móveis Sergipe - EIRELI - EPP**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado (fl. 364):

Agravo Regimental NO AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE INDEFERIU O PLEITO DE BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA A PESSOA JURÍDICA SOB O ARGUMENTO DE INSUFICIÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - IRRESIGNAÇÃO - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA A ENSEJAR A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO NOVO - DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA - INCIDÊNCIA DO ART. 1.021, § 4º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - MULTA FIXADA EM 1%(UM POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 436/440).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 926 do CPC/2015. Sustenta, além da existência de divergência jurisprudencial, que: (I) os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente; (II) *"em outros casos idênticos (mesmas alegações e mesmos pedidos) a Corte Estadual Sergipana, com base nos mesmos documentos, deferiu a justiça gratuita à Recorrente."* (fl. 260).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não merece prosperar.

De início, com relação ao art. 926 do CPC/2015, nota-se que o referido dispositivo legal não contém comando capaz de sustentar a tese recursal da *"falta de segurança jurídica dentro do TJ/SE, pois em outros casos idênticos (mesmas alegações e mesmos pedidos) a Corte Estadual Sergipana, com base nos mesmos documentos,*

Superior Tribunal de Justiça

deferiu a justiça gratuita à Recorrente" (fl. 260), nem de infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, de maneira que se impõe ao caso concreto a incidência da Súmula 284/STF ("*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"). Por oportuno, destacam-se os seguintes precedentes: **AgRg no AREsp 161.567/RJ**, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 26/10/2012; **REsp 1.163.939/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8/2/2011.

Ademais, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que, "*Na hipótese, restou explícito e fundamentado, na Decisão desta Relatoria, ora agravada, que a empresa agravante não comprovou satisfatoriamente a sua insuficiência de recursos*" (fls. 365/366), esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Por fim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, a fim de verificar se foram ou não juntados os documentos necessários à concessão do benefício, demandaria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

ANTE O EXPOSTO, (i) **reconsidero** a decisão de fls. 455/456, tornando-a sem efeito, e (ii) **nego provimento** ao agravo em recurso especial nos termos da fundamentação supracitada.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

